



RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: UMA ANÁLISE DO CONTEXTO FORMATIVO DOCENTE A PARTIR DO CEFAPRO DE JUARA/MT

SILVA, Andrey Batista da Silva¹
aybatista13@gmail.com

REIS, Giovana da Silva²
PEREIRA, Giovane Martins³

Resumo

Este texto discute relações étnico-raciais no contexto juarense/MT com olhar específico para a formação de professores e para as escolas públicas. Mostra que do ponto de vista da legislação vigente, desde a Constituição Federal de 1988, da Lei de Bases e Diretrizes (LDB) houve avanços nas discussões, mas isso não significa, e tampouco podemos afirmar nesse estudo, que a discriminação e o preconceito etnorracial diminuíram. Um dos maiores demarcadores da tentativa de mudanças na educação escolar em vista da superação do preconceito foi a Lei 10.639/2003, mas que ainda precisa ser implementada e aceita por parte de gestores educacionais e professores. Apontamos, portanto o desafio de pensarmos a educação integral, como formação humana para não ficarmos reféns das disciplinas compartmentadas, quando usadas como escudo para não discutirmos questões de etnia/raça e gênero, como se as temáticas da vida não dialogassem com as especificidades das disciplinas. Para o avanço da temática anti-racista, o texto pontua como fundamental a articulação da formação de professores, seja por meio do Cefapro, seja na Universidade, com os movimentos sociais que lutam em prol dessa questão. Por fim, as questões etnorraciais precisam continuar sendo discutidas em todos os âmbitos da sociedade e nós, educadores (as) precisamos cumprir esse papel dentro e fora das instituições.

Palavras-chave: relações étnico-raciais; escola; cefapro; educação.

Introdução

O presente texto busca refletir sobre a formação docente em torno das relações étnico-raciais por meio do Centro de Formação e Atualização de Professores (Cefapro) no município de Juara/MT. Busca-se perceber qual a compreensão sobre essa temática e, se tem alcançado avanços nos últimos anos. Desse modo buscamos conhecer como é desenvolvido o trabalho formativo por parte do Cefapro com relação a Lei 10.639/2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade

¹ Graduado em Pedagogia pela UNEMAT de Juara-MT.

² Graduado em Pedagogia pela UNEMAT de Juara-MT.

³ Graduado em Pedagogia pela UNEMAT de Juara-MT.



da temática “História e cultura afro-brasileira”. Isso implica na necessidade de abordar a temática em questão no ensino de todas as disciplinas do currículo da educação básica, que inclui o ensino fundamental e médio.

Para desenvolver este texto faremos uma breve contextualização do que é compreendido por relações étnico-raciais segundo documentos e fontes de estudo, bem como a análise de uma entrevista realizada com uma professora formadora do referido centro de formação.

A temática das relações étnico-raciais estão no bojo dos demais temas que tratam da inclusão e da diversidade, seja ela cultural, social, religiosa, sexual, entre outras. Esses temas precisam ser tratados como ponto principal nas práticas docentes, e não com o objetivo de apenas não deixar passar branco, pois é a partir deles que os estudantes compreenderão que é dever de todos respeitar as diferenças e pluralidades que estão em todos os espaços de nossa sociedade, inclusive em nossas famílias. Nesse aspecto a DCNs enfatiza que:

O sucesso das políticas públicas de Estado, institucionais e pedagógicas, visando a reparações, reconhecimento e valorização da identidade, da cultura e da história dos negros brasileiros depende necessariamente de condições físicas, materiais, intelectuais e afetivas favoráveis para o ensino e para aprendizagens; em outras palavras, todos os alunos negros e não negros, bem como seus professores, precisam sentir-se valorizados e apoiados. Depende também, de maneira decisiva, da reeducação das relações entre negros e brancos, o que aqui estamos designando como relações étnico-raciais. Depende, ainda, de trabalho conjunto, de articulação entre processos educativos escolares, políticas públicas, movimentos sociais, visto que as mudanças éticas, culturais, pedagógicas e políticas nas relações étnico-raciais não se limitam à escola (1996, p.13).

Para constituir a formação docente em torno das relações étnico-raciais é preciso a desconstrução de preconceitos historicamente reproduzidos em todos os espaços sociais adentrando à cultura brasileira e dos demais países que subjugou os negros como pessoas de raça inferior ao longo dos séculos. Diante disso, é um desafio fortalecer concepções e práticas pedagógicas, identificando os conhecimentos e valores das contribuições dos afro-brasileiros na identidade nacional com o intuito de reeducar as crianças para outras relações: de reconhecimento e respeito.

Ao que nos fica evidente ao estudar a temática, é necessário fazer uma reconstrução de concepções e práticas cotidianamente, e assim, conforme aponta a DCN (1996), a escola é um dos espaços para isso ocorrer. É preciso, além dela, uma articulação com movimentos sociais, grupos culturais que buscam valorizar a cultura afro-brasileira e também dar a conhecer e, sobretudo denunciar situações de discriminação e preconceito etnorracial na sociedade.



Conforme diz o mesmo documento trata-se de reparar danos e de envolver a todos (as) nessa temática, afinal o Brasil é um país miscigenado, com forte incidência afro.

A obrigatoriedade de inclusão de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos da Educação Básica trata-se de decisão política, com fortes repercussões pedagógicas, inclusive na formação de professores. Com esta medida, reconhece-se que, além de garantir vagas para negros nos bancos escolares, é preciso valorizar devidamente a história e cultura de seu povo, buscando reparar danos, que se repetem há cinco séculos, à sua identidade e a seus direitos. A relevância do estudo de temas decorrentes da história e cultura afro-brasileira e africana não se restringe à população negra, ao contrário, diz respeito a todos os brasileiros, uma vez que devem educar-se enquanto cidadãos atuantes no seio de uma sociedade multicultural e pluriétnica, capazes de construir uma nação democrática (DCNs, 1996, p. 17).

Sabemos que o problema do racismo no Brasil ainda é grande, embora tem aumentado significativamente os debates com as pautas políticas alavancadas pelo Movimento Negro, que tem logrado conquistas como a Lei 10.639. As escolas não estão isentas de práticas racistas e discriminatórias, muitas vezes não sendo trabalhado essa contradição por parte de professores(as) e gestores(as). Buscando compreender sobre o tema perguntamos a uma professora formadora do Cefapro de Juara como tem sido trabalhado as relações étnico- raciais nas escolas com o ensino fundamental no município de Juara/MT e, a resposta foi a seguinte:

As escolas ainda precisam avançar neste trabalho. As ações relacionadas a valorização étnico- racial é trabalhada de maneira pontual, então ainda não temos a consciência de que nós temos uma cultura que é miscigenada, que o Brasil é segundo país que possui o maior número de negros, ficando atrás somente da Nigéria. Por ter essa cultura a nossa formação deveria ser voltada para nossa cultura pois há uma cultura Europeia sendo estudada na escola, uma educação a partir da herança Grega e Romana. Se a gente pensar nessa educação pela nossa cultura, voltada para herança que nós temos, que é indígena muito grande e também negra, então ainda nos currículos escolares isso não é trabalhado, embora a gente vê nas escolas alguns sinais, mas para mim ainda é pouco. Nós temos escolas que acompanho e até tirei fotografia, em que nos cartazes de boas-vindas há representação somente de crianças loiras. Vi também desenhos constando a inclusão de modo geral. Nas bibliotecas eu vi separado ainda os livros de 2012 o material “A cor da cultura” com fotos mostrando a diversidade, então essas escolas ainda vem com essa prática de separar os livros didáticos voltados para as relações raciais, mas aquilo que é da nossa cultura as lendas, as histórias que existem (livro Munanga) ficam ali...

Na mesma fala, a professora seguiu suas reflexões dizendo que não são todos os professores que trabalham a temática étnico-racial, ao passo que, outros abraçaram a causa nas escolas, pois já entenderam a sua importância. Ao se referir ao Cefapro, a educadora diz perceber que ainda falta para os próprios formadores essa consciência também, e isso parte de uma instituição de formação. Um ponto positivo nesse sentido foi que neste ano de 2017 a



Seduc convocou formadores das escolas públicas de todo o Estado juntamente com a UFMT e a Secretaria de Direitos Humanos (SDH) para desenvolver as temáticas indígena e negra. Por último enfatizou que no próximo ano é preciso um trabalho de mobilização ampla nas escolas com coordenadores e professores pois, do jeito que está, o trabalho ainda é tímido. Diante disso,

Nessa concepção, os profissionais da educação básica não apenas devem refletir sobre a própria prática educativa, mas fazer críticas e construir suas próprias teorias à medida que refletem, coletivamente, sobre seu ensino e o fazer pedagógico, considerando as condições sociais que influenciam direta ou indiretamente em suas práticas sociais (MATO GROSSO, 2010, p.13).

Ao que nos ficou evidente na entrevista é que ainda falta percorrer um longo caminho em vista de que o tema das relações étnico- raciais – compromisso e todas as pessoas – não seja visto como algo de alguma pessoa da escola da Seduc ou do Cefapro. Precisamos avançar, enquanto sociedade para o entendimento e a vivência da diversidade racial, que por sua vez não implica em negros somente, contudo, esse é um recorte forte no Brasil, por ter maioria negra (somando os que se declaram negros e pardos segundo o censo estatístico).

Conforme enfatiza o documento da Seduc (2010), ao olhar para as instituições de educação, precisamos refletir coletivamente sobre o assunto, portanto não é uma questão de uma pessoa se sentir responsável, até porque os alunos e alunas trazem e fazem aparecer interpelações cotidianas em suas vivências nas escolas. É um tema que não sai de pauta porque os negros e negras estão nas escolas, como alunos (as), estão dando aula, estão trabalhando na secretaria, na limpeza, na alimentação etc. Será que todas essas pessoas se reconhecem como negros (as)? Será que percebem quando há discriminação dentro do ambiente escolar? São questões para pensarmos e percebermos a importância do tema.

Desde a generalidade podemos afirmar: os professores e as professoras conseguem ensinar aquilo que sabem, e saber, implica em conhecer, mas não basta saber/conhecer se a pessoa não está convencida de que precisa ensinar e debater um determinado tema da sociedade junto a sua disciplina, independente de qual for. Como são convencidos e convencidas da importância é outra questão a ser pensada. Como são tocadas por essas temáticas em suas histórias de vida?

Nesse sentido, consideramos importante agregar nessa discussão algumas reflexões desenvolvidas por Ribeiro e Jesus (2013) ao tratarem da identidade de professoras negras no Vale do Arinos, em que se situa o município de Juara. As autoras, ao trabalharem com histórias



de vida de professoras negras enfatizam que há uma identidade negada, um silenciamento, portanto; uma identidade falsificada da conscientização. Isso pode ser entendido no sentido da pessoa dizer “não sou tão negra assim” – mostrando a parte do antebraço inferior, como fazem as crianças. Podem-se ouvir frases como: “minha família é branca, só esse saiu escurinho” e assim essa criança pode entender como recalque – porque o bom é ser branco, e ser menos “escuro”.

Esses dizeres são corriqueiros em nossa sociedade e em todos os espaços, inclusive na escola e nas universidades e, desse modo, não trabalhar o não preconceito como algo importante na formação docente e no processo de ensino-aprendizagem com alunos e alunas, em nosso entendimento é fazer uma formação pela metade, talvez aquela que se pretende técnica, separada do político, como se isso fosse possível. Ou, ainda, numa ingênua crença de que “sou professor (a) para trabalhar a minha disciplina” e, nos anos iniciais “sou professor (a) para trabalhar conteúdos” e não relações étnico-raciais e de gênero.

Na sequência das perguntas de nosso questionário da entrevista fizemos o seguinte questionamento, na perspectiva de avançarmos na reflexão: “A senhora acredita que temos avanços nas escolas e na formação de professores com relação a superação do racismo? Se sim como isso tem se dado? Como a senhora tem percebido? Se não, explique-nos”.

Se a gente for olhar como era essa discussão aqui em Juara até 2004-2005 ela era tímida. A UNEMAT iniciou, começou a fomentar essa discussão com a professora Lori que trouxe pra cá um curso de extensão e começou a formar professor nesse sentido. Depois nós tivemos o próprio IFMT juntamente com a UNEMAT uma formação até mesmo de especialização e a partir desse momento nós percebemos essa discussão cada vez mais nas escolas. Assim, as escolas foram cada vez mais aderindo a determinadas práticas diferentes do que era antes. Hoje a própria escola organiza, ela já sabe que novembro, por exemplo, é o novembro negro, que novembro é a época de está trazendo essas discussões para escola. O que a gente quer é que se saiba disso, mas o fato de trazer, o fato de ter alguns sinais nas escolas a gente percebe que é um avanço, embora ainda tímido. Continuo afirmando que ainda é pouco pela consciência que nós devíamos ter enquanto professores.

Conforme podemos perceber, a Universidade teve um papel importante na temática da discussão étnico-racial e, esse é mesmo o seu papel: proporcionar reflexões acerca de questões importantes para a sociedade. Em geral, ao tocar em assuntos considerados polêmicos – e pasmem, o tema da negritude ainda é um tema polêmico, num país negro como o Brasil – eclodem questionamentos diversos além de racismos explícitos, mostrando o conservadorismo ainda existente. Mas, a universidade e as escolas trabalham esse tipo de tema, ou continuaremos vivendo o senso comum, arraigado de preconceito e discriminação, tratando negros e negras



como “os diferentes”. Diferentes de que? Há um padrão (branco) e os demais são os diferentes. Esse diferente é em que mesmo? Cor da pele? Essa cor “diferente” o diferencia em o que mais? Essas perguntas precisam ser feitas, pois, retomando Ribeiro e Jesus (2013), ainda há dificuldade teórica de pensar a diferença e no plano afetivo esse diferente é visto como estranho.

Relacionando a fala da entrevistada com nossas observações nas escolas públicas de Juara, durante os estágios, notamos que na atualidade é mais falado em inclusão racial, discriminação e outros aspectos das relações étnico-raciais, mas percebemos que muitas atitudes são as mesmas do século passado, apenas são realizadas de maneira mascarada. Percebemos, de forma especial, nos estágios que as crianças negras não são evidenciadas na sala de aula, geralmente têm poucos amigos e parecem se sentir menos, com vergonha de serem negros devido a forma que são tratados no dia-a-dia, não só nas escolas.

Nesse aspecto, segundo observamos, a maioria das crianças não se auto reconhece como negro (a), e, é possível notar que não se sentem valorizados e, talvez seja esse um dos motivos da não identificação. Ademais, se as famílias e a sociedade em si não tem consigo essa auto identificação com orgulho de pertencer a um segmento específico, muito dificilmente uma criança o terá, pois essa perspectiva não ocorre como um passe de mágica. As crianças são marcadas pela experiência daquilo que vão vivendo, buscando entender se isso é bom ou ruim para elas e, por isso, todas as questões necessitam ser explicadas e re-explicadas conforme elas vão percebendo contradições e dissonâncias ao formular os seus conceitos e visões de mundo.

[...] pensamos a escola como um espaço específico de formação inserida num processo educativo bem mais amplo, encontramos mais do que currículos, disciplinas escolares, regimentos, provas, testes e conteúdos. Deparamo-nos com diferentes olhares que se cruzam, que se chocam e que se encontram. A escola pode ser considerada, então, como um dos espaços que interferem na construção da identidade negra. O olhar lançado sobre o negro e sua cultura, no interior da escola, tanto pode valorizar identidades e diferenças quanto pode estigmatizá-las, discriminá-las, segregá-las e até mesmo negá-las (GOMES, 2002, p.3).

Conforme destaca o autor, ao ambiente escolar pode ser um local de valorização da identidade negra como não pode, a depender de como os profissionais (não somente professores) da instituição agem no cotidiano com os alunos e alunos. Educação não é apenas o que se processa nas “aulas” e assim, o ambiente escolar precisa ser educador, desde as frases e imagens em cartazes, faixas e materiais pedagógicos até o que se diz nos corredores, o que se faz nas brincadeiras, os olhares lançados frente a situações e posturas... dentro de tudo, podemos estar estigmatizando pessoas com preconceito, ou, ao contrário, chamando a atenção para a não



ocorrência dele, corrigindo distorções. Sim, porque a escola é um lugar privilegiado para as diversas aprendizagens conforme argumenta Libâneo (1994).

Em diálogo como o que defende Freire (2004) uma educação humanística em que não é separada o ensino técnico-científico do político ideológico, essa educação em sentido amplo e integral não ocorre divorciada de questões éticas e estéticas compreendendo gênero, classe e raça/etnia. Devido a esse motivo, desde este entendimento de uma educação humanista e libertadora, não bancária, diria Freire (Op. Cit) que é preciso superar preconceitos e olhares limitados que não consideram a diversidade dos povos e populações.

Na continuidade de nossa entrevista indagamos para essa formadora e militante do movimento negro “Quais os desafios ainda serem superados com relação ao preconceito racial em Juara nas escolas e na sociedade?”. Eis a resposta:

Formação. Uma das situações é essa: a discussão ficou igual à do meio ambiente, pois foi uma febre somente. Dizer que tem um pensamento diferente, mas depois a gente percebe que isso esfria. Depois o outro desafio é o preconceito velado. A gente tem pessoas que não tem coragem de chegar na sua cara e falar, mas você percebe as atitudes, a atitude de descrédito, do modo de olhar para o negro e achar que ele é incapaz. Às vezes não fala, mas as atitudes demonstram. Nós percebemos o Kalunga por exemplo: nós fazemos muita gente vai, nós sabemos qual o público nosso que vai estar ali, mas muitos dizem que foi o evento dos negros e não é um evento dos negros na verdade. É um evento de todos, não é uma cultura nossa enquanto negro, é uma cultura brasileira é a história brasileira. Eu até disse na rádio “Tucunaré” outro dia: que quando a gente nega essa cultura nós estamos negando quem nós somos.

A partir do dizer da entrevistada a formação docente assume lugar central em vista da superação do racismo. Assim, professores que tiveram a oportunidade de refletir acerca dos problemas enfrentados historicamente por negros, indígenas e outras populações rechaçadas, como no caso de imigrantes pobres, poderão ter papel um fundamental na desconstrução das imagens depreciativas usualmente associadas as relações étnico-raciais. Desse modo, é possível um outro olhar, não mais sobre, mas com esses povos. Colocar-se em no lugar do outro e, mesmo, em seu lugar de miscigenado é o desafio. Precisaremos de uma escola que se refunda em outros valores que não discriminatórios e individualistas, conforme a sociedade tem impulsionado cada vez mais em momentos de globalização da economia (SAVIANI, 1999). A escola por sua vez, é inserida nesta sociedade. Vejamos o que diz Arroyo:

À medida que vamos nos aproximando da estrutura e ossatura da escola e de nosso sistema escolar, vamos percebendo com maior nitidez como seu caráter excludente se mantém quase inalterado resistindo às reformas, inclusive as mais progressistas, porque está legitimado na cultura política e pedagógica da exclusão, da seletividade,



da reprovação e retenção. Mexer nessa cultura não tem sido fácil, uma vez que ela se materializou ao longo de décadas na própria organização da sociedade, nos processos seletivos, na definição social de funções, de espaços, de direitos, nos concursos, nos critérios, preconceitos de raça, gênero, idade, classe. Materializou-se na escola, nos processos seriados, nos currículos graduados, nas disciplinas duras ou leves, nas provas constantes, na reprovação, retenção (2000, p.35).

As críticas tecidas por Arroyo são contundentes para com a escola na atualidade, pelo fato de não ter conseguido superar, para nós de fundo, do tecido social. Nela, mesclam-se o conservadorismo (muitas vezes elitista mesmo em escolas de pobres) e a visão progressista. Mas, o que é consenso, mesmo ela sendo fruto das relações sociais em que está inserida (SAVIANI, 1999), nesse caso, a sociedade capitalista e competitiva, não é algo que somente reproduz tudo da macroestrutura. Há uma relação de forças constantemente e por isso tem sido um ambiente tenso.

Como última pergunta que fizemos em vista de percebermos melhor a relação da universidade como *locus* de formação de professores, no caso do curso de Pedagogia da Unemat/Juara, que é protagonista do evento Kalunga, que está na sexta edição, perguntamos “como o Kalunga tem contribuído para o avanço do respeito a diversidade em Juara?”

O evento Kalunga, quando iniciamos não foi prestigiado por muitas pessoas, tanto é que no terceiro ano eu pensei que iria diminuir, que as pessoas não iriam mais participar... que iriam acostumar com o evento. Esse ano, por exemplo, a primeira noite mesmo foi uma demonstração muito grande de que tem gente disposta a discutir a temática. As pessoas que fizeram artigos e tudo mais... as instituições que se envolveram esse ano foram mais: conseguimos envolver a UAB depois a AJES, e, os alunos foram em peso para assistir ao evento. Esse envolvimento vem acontecendo cada vez mais e o que nós queremos é estar trabalhando a partir do ano que vem outros momentos nas escolas, ou em outros espaços para que o Kalunga seja uma culminância desse trabalho; a proposta é essa que seja uma culminância. Mas de modo geral percebemos que quem vai para o Kalunga não volta com a mesma ideia de antes. Não é o mesmo depois, ele reflete sobre as situações, tem coisas que temos que desconstruir. Uma dessas situações é em relação a religião de matriz africana pois, muitos vão, mas não concordam naquele momento (...) a gente recebe as críticas depois, mas por não conhecer, por não buscar essa formação a respeito porque não é um credo que no Kalunga a gente quer passar. A gente quer mostrar que naquela religião de matriz africana tem tudo da cultura negra, os tambores, os cantos, as lendas (preto velho) são negros. E a gente aceita com naturalidade o que é da cultura Grega e não acha estranho, acha que é cultura então essa que está próximo de nós, nós não aceitamos.

Através da fala da entrevistada observamos que o evento Kalunga é muito importante para potencializar discussões acerca das relações étnico-raciais. Mas também notamos que os participantes do evento são acadêmicos, professores das faculdades e pessoas de movimentos sociais e, também estão vindo junto os povos indígenas da região. O evento é feito na rua para



proporcionar a participação de outras pessoas, da comunidade, mas sabemos que muitas negras e negros não se sentem convidados (as). Os mais pobres, em geral ficam de fora, pensam que não é coisa deles, por isso o convite precisa ser sempre ampliado de todas formas. Essa é uma percepção que nos leva também a nos comprometer com o evento e com as discussões, onde quer que elas aconteçam.

Para encerrar nossa conversa, perguntamos à entrevistada se ela gostaria de fazer algumas considerações sobre o tema. E, o que nos disse foi o seguinte:

Bem, parabênizo vocês por estarem iniciando toda essa discussão, essa pesquisa em relação a esse tema. A universidade precisa fomentar, discutir porque lá é o espaço, é o laboratório de construção do pensamento e a partir dela que a sociedade em si vai se transformando. A universidade tem esse poder de transformação o que nós temos do Kalunga hoje, o que nós temos de prática cultural hoje ela iniciou com Carlos Paulino e Michelangelo que ficou provocando nas escolas, no CEFAPRO o que vocês estão trabalhando sobre as diretrizes curriculares das relações raciais? A lei 10.639 estão fazendo o que? Vocês estão estudando?

As indagações da professora entrevistada nos faz refletir sobre o que estamos fazendo para mudar essa realidade, quais ações estamos realizando para desconstruir os preconceitos e o racismo que a sociedade tem perpetuado no Brasil e em praticamente todos os países do mundo. Essa pergunta merece reflexão e ações todos os dias, dentro ou fora da Universidade, das escolas, das instituições diversas. A pergunta: O que vocês estão fazendo merece eco.

Considerações finais

O presente texto teve como objetivo discutir como o Cefapro de Juara realiza suas ações formativas acerca das relações étnico-raciais, e, assim conseguirmos refletir e ter melhor percepção acerca da discriminação e do preconceito vividos no cotidiano da educação básica. Buscamos também relacionar essa temática com as implicações para a formação docente. Pudemos perceber avanços ocorridos nas discussões, mas isso é recente, sendo que a Lei 10.639 tem impulsionado debates e proporcionado auxílio teórico com materiais por meio da Seduc, além do amparo legal em documentos.

O estado de Mato Grosso é um estado maioria negra, e a cultura é bastante valorizada, entretanto, entretanto parece haver um descolamento da importância da cultura advinda de negros e indígenas com a questão étnico-racial no ambiente escolar e com a situação de



vida desses povos e populações, pois continuam marginalizados em vários aspectos. Ao que pudemos perceber, as pessoas negras que afirmam a sua identidade o fazem por meio de grupos folclóricos e culturais, com grande expressão “Ser da Baixada Cuiabana”, mas saindo desse contexto, podemos perguntar porque ainda há tanta discriminação que aparece na escola?

Percebemos que o Cefapro tem feito esforço no sentido de fazer avançar essa temática com as escolas e com a sociedade, mas ainda considera lento esse trabalho. Ainda parece que é uma coisa de tal pessoa porque ela é militante dessas questões, como se não fosse uma causa de todos, inclusive em se tratando dos demais formadores do Cefapro. Percebemos o quanto a formação docente, seja ela inicial, ou continuada, é fundamental para o enfrentamento de situações de discriminação racial e de preconceito étnico-racial, assim como para a construção de uma educação que não seja mais uma maneira de desvalorizar e negar a cultura e a história Afro-Brasileira. Todavia, o desafio está em unir formação à prática, através da inclusão da temática étnico-racial na prática docente cotidiana das escolas de educação básica e na sociedade como um todo. A causa dos negros não é uma causa deles somente, é de todos para o nosso crescimento como humanidade. Se o Cefapro e as escolas têm esse desafio da formação, a Universidade tem um papel fundamental e, poderíamos dizer, de maior responsabilidade ainda.

Referências

ARROYO, Miguel G. **Ofício de mestre: imagens e auto-imagens**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília: MEC, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. Brasília: ANCA, 2004. (Edição especial).

GOMES, Nilma Lino; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. O desafio da diversidade. In: _____; _____ . (Orgs). **Experiências étnico-culturais para a formação de professores**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002, p. 13-33.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

MATO GROSSO. Secretaria de Educação e Cultura. **Política de formação dos profissionais da educação básica de Mato Grosso**. Cuiabá: SEDUC, 2010.



RIBEIRO, Flávia Gilene Ribeiro; JESUS, Lori Hack de. **A influência da formação na identidade de professoras negras.** XI CONGRESSO DE EDUCAÇÃO - EDUCERE. 2013. p. 18795 – 18804. Disponível em: http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2013/13240_6292.pdf. Acesso em 02 fev. 2018.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia.** Teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política. 32. ed. São Paulo: Autores Associados, 1999.